

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

CHAMADA DE TRABALHOS

CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE: DINÂMICAS, EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS FUTURAS NA LUSOFONIA

Editores Convidados

Albino Alves Simione (ISPG, UniSave, Moçambique)

Ana Lúcia Romão (CAPP, ISCSP, ULisboa, Portugal)

Daniel Matos Caldeira (ISCSP, ULisboa, Portugal)

Elisa Rangel Nunes (FDUAN, Tribunal de Contas de Angola, Angola)

Luís Ortet da Veiga (Tribunal de Contas de Cabo Verde, Cabo Verde)

Marco Antônio Carvalho Teixeira (FGV EAESP, SP, Brasil)

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa (ULSTP, São Tomé e Príncipe)

As submissões serão aceitas até 07 de junho de 2024

A cooperação regional entre países é um tema estratégico no contexto mobilizador para afirmação de importantes agendas e compromissos em termos globais, podendo ser observada em vários domínios, do econômico ao político-diplomático, do cultural ao ambiental, entre muitos outros (Sebastião, 2016, 2018).

Este número especial materializa a amizade mútua dos países de língua portuguesa com o objetivo de reforçar a cooperação acadêmica ao contribuir para a consolidação da comunidade epistêmica do campo da Administração Pública no espaço lusófono, no contexto relacionado às pesquisas sobre o controle da gestão pública.

Os países de língua portuguesa congregam muito mais que um orçamento de uma organização regional (Herpolsheimer, 2019), mas sobretudo laços linguísticos, históricos, culturais e tradições jurídicas que aproximam o modelo de suas Administrações Públicas, apesar de pertencerem a quatro diferentes continentes. Todavia, apesar dos laços comuns, estamos falando de países em diferentes estágios de democracia e desenvolvimento, e que apresentam formas de governos diversas e bem particulares, o que impacta a estrutura, autonomia e funcionamento do sistema de controle sobre a Administração Pública, questões instigantes para o debate acadêmico e uma área geográfica pouca observada pelos pesquisadores na Europa e no Brasil em termos de estrutura e funcionamento do Estado.

A comunidade epistêmica lusófona do campo da Administração Pública advém dessa base comum que permite formar redes de cooperação entre profissionais e acadêmicos que compartilham de crenças, valores normativos e práticas validadas e direcionadas a uma convicção comum de afirmação global das culturas de expressão lusófona, nos termos da literatura seminal de Haas (1992).

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Para além da produção e difusão de saberes e conhecimentos, prescinde acrescer a aplicabilidade, isto é, a busca de respostas para problemas específicos, ou, em outras palavras, o empreendimento de esforços visando influenciar os tomadores de decisão política (Meyer & Molyneux-Hodgson, 2010), característica especialmente distintiva dada a escala e panóplia dos desafios que se apresentam.

As articulações e interações formadas a partir desse "coletivo de pensamento" (Fleck, 1979) são dinâmicas e pluricêntricas. Evoluem condicionadas ao acordo com o processo de transposição de conhecimento administrativo (Fontes et al., 2016), o processo de africanização do poder (Favarato, 2022) ou da própria permeabilidade à indução externa nas reformas administrativas (Secchi et al., 2022), portanto compreendem um projeto em constante construção que exige um diálogo permanente.

Nesse contexto, parte-se de uma ampla perspectiva do controle, como instrumento e expressão do Estado, das organizações e da sociedade, mas sem perder de vista o contexto do controle da gestão financeira pública e da responsabilidade financeira no ciclo da gestão e o seu suporte contributivo para as políticas públicas.

A singular diversidade intrínseca ao controle permite um plexo de recortes analíticos que vão da abordagem tradicional financeira (Lungo & Alves, 2013) às mais diversas unidades de análise, das municipais (Pereira & Romão, 2015) até às relacionadas ao Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público (Arantes et al., 2010).

Para aprofundar e densificar essa reflexão sobre a necessidade de estudos com objetos de análises (estudos comparados ou estudos de caso) que contribuam para construção de uma agenda de pesquisa lusófona de controle, esta chamada convida acadêmicos e profissionais da Administração Pública para a submissão de trabalhos teóricos ou teórico-empíricos, sugerindo temas de interesse:

1. Controle e organizações intergovernamentais na perspectiva da cooperação para o desenvolvimento sustentável.
2. Transparência, governo aberto e democracia.
3. Políticas públicas e tomada de decisão no âmbito do controle da gestão pública.
4. Interfaces: controle e estratégias anticorrupção.
5. Controle, redes colaborativas e inovação social.
6. Controle e capacidades institucionais.
7. Cidadania, participação e controle social.
8. Controle político, administrativo e jurisdicional da Administração Pública.
9. Controle, ética e integridade.
10. Controle, inclusão, equidade e diversidade.
11. Controle, transformação digital e tecnologias emergentes.
12. Reformas do setor público: perspectivas futuras do controle.

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

13. Experiências do controle: diálogos entre acadêmicos e práticos.

INSTRUÇÃO PARA SUBMISSÃO:

Serão aceitos artigos teóricos ou teórico-empíricos, observadas a formatação geral e demais orientações na seção “Artigos” das Diretrizes para Autor disponíveis em <https://periodicos.fgv.br/cgpc/autor>.

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Os trabalhos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvida sobre esta chamada, envie mensagem para o professor Marco Antônio Carvalho Teixeira, em marco.teixeira@fgv.br.

Informações sobre o periódico estão disponíveis em <https://periodicos.fgv.br/cgpc/linha-editorial>. Em caso de dúvidas sobre nossas diretrizes, entre em contato com cadernosgpc-redacao@fgv.br.

SOBRE OS CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA:

A revista *Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC)* é publicada exclusivamente *on-line*, em acesso aberto, e usa o [Open Journal Systems \(OJS\)](#) no processo de submissão, revisão por pares duplamente anonimizada e publicação do periódico. Os CGPC não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

REFERÊNCIAS

Favarato, C. (2022). Reconsiderar a instabilidade: Desequilíbrios entre poderes nativos e o colapso do estado em Guiné-Bissau. *Public Sciences & Policies*, 8(1). <https://doi.org/10.33167/2184-0644.cpp2022.8.1.6>

Fleck, L. (1979). *Genesis and Development of a Scientific Fact*. The University Chicago Press.

Fontes Filho, J. R., & Pimenta, R. da C. (2016). Práticas de administração pública no ambiente cultural dos países de língua portuguesa. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 15(1), 31–48. <https://doi.org/10.12660/rgplp.v15n1.2016.78413>

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

- Haas, P. (1992). Introduction: Epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, 46(1), 1-35. <https://doi.org/10.1017/S0020818300001442>
- Herpolsheimer, J. (2019). The finances of the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP). In U.Engel & F. Mattheis, *The Finances of Regional Organisations in the Global South: Follow the Money*, (pp. 15). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429055874>
- Meyer, M., & Molyneux-Hodgson, S. (2010). Introduction: The Dynamics of Epistemic Communities. *Sociological Research Online*, 15(2), 109–115. <https://doi.org/10.5153/sro.2154>
- Sebastião, S. P. (2016). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a afirmação global das culturas de expressão portuguesa*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Sebastião, S. P. (2018). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a afirmação global das culturas de expressão portuguesa (Volume 2). cidadania lusófona*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Secchi, L., Caeiro, J. C., & Pinto, R. R. (2022). Duzentos anos de reformas administrativas em Portugal e em Espanha: da administração patrimonialista à gestionária. *Public Sciences & Policies*, 8(1). <https://doi.org/10.33167/2184-0644.cpp2022.8.1.1>